

A atuação profissional em arquivos musicais: algumas considerações

Amanda Gomes¹

Resumo: Tratar sobre as questões relativas aos arquivos musicais nos leva naturalmente a abordá-las a partir de duas áreas distintas: arquivologia e música, que se unem em prol de questionar, problematizar, refletir e procurar meios de intervir em favor da solução de problemáticas que perpassam a noção disciplinar de música e arquivística. O objetivo do presente trabalho consiste em apresentar algumas considerações relativas à atuação profissional junto aos acervos musicais que deve ser, inevitavelmente, interdisciplinar devido, sobretudo, as especificidades da documentação musical. Assume-se nesse trabalho, portanto, a ideia de integralidade entre as ações musicológicas e arquivísticas com relação ao tratamento da documentação nos arquivos e acervos musicais, ressaltando a necessidade de se empreender esforços interdisciplinares para lidar com a questão. Salienta-se os atuais diálogos estabelecidos com relação a interdisciplinaridade da atuação profissional em arquivos musicais, enfatizando os trabalhos desenvolvidos por musicólogos, arquivistas e profissionais da informação, em prol da sistematização destas atuações.

Palavras chave: Arquivologia. Música. Musicologia. Documento Musical.

The professional performance in musical collections: Some Considerations

Abstract: Talking about the questions of music archives naturally leads us to approach them from two different areas: archivology and music, which unite to question, problematize, reflect and seek ways to intervene in favor of solving problems that perpass the disciplinary notion of music and archival science. The objective of this work is to present some considerations about the professional performance in musical collections that must be, inevitably, interdisciplinary due to the specificities of musical documentation. This work affirms the idea of integrality between the musicological and archival actions in the treatment of the documentation in the archives and musical collections, emphasizing the necessity of undertaking interdisciplinary efforts to deal with the question. It also emphasizes the works developed by musicologists, archivists and information professionals, in favor of systematizing these performances.

Keywords: Archivology. Music. Musicology. Musical document.

¹ Graduada em Música-Licenciatura pela Universidade Federal de Minas Gerais, e em Estudos Artísticos pela Universidade de Coimbra. Atualmente cursa mestrado em Música pela UFMG, na linha de pesquisa Música e Cultura, realizando pesquisas na área de patrimônio documental musical, com apoio da Capes. E-mail: amandapamelasg@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Pensar sobre as questões relativas aos arquivos musicais consiste naturalmente em abordar duas áreas distintas: arquivologia e música, que se unem em prol de questionar, problematizar, refletir e procurar meios de intervir em prol da solução de questões que perpassam a noção disciplinar de música e arquivística. Essa abordagem tem sido referenciada, sobretudo em trabalhos musicológicos brasileiros, com a designação de Arquivologia Musical, que, segundo o musicólogo André Guerra Cotta, trata-se de um campo do conhecimento que alia conceitos e técnicas da arquivologia tradicional às necessidades específicas para o tratamento técnico de acervos ligados à música (COTTA, 2006, p.15). O termo “arquivologia musical”, pode ser entendido de forma errônea, ao sugerir que existe uma arquivologia específica para o campo musical. Quando se fala em arquivologia musical, o que se aborda, em verdade, são os empreendimentos em prol do tratamento da documentação em arquivos de música, levando em consideração as especificidades próprias dos documentos musicais. Não se trata, portanto, de uma “arquivologia disciplinar”, como o termo possa vir a sugerir, mas sim ações arquivísticas atentas às necessidades da documentação musical.

Estas questões emergem, portanto, do âmago das duas disciplinas (arquivologia e música), a partir de características singulares que circunscrevem cada um dos domínios do conhecimento, mas resguardando pontos de interseção entre o campo musical, no que diz respeito às especificidades da linguagem musical, e aos princípios norteadores da arquivologia, relativos à organização, sistematização e recuperação da informação musical. Sendo assim, propõe-se que a atuação profissional junto aos arquivos musicais, no que tange ao tratamento da documentação e da informação musical, seja vista de maneira ampliada e integrada, de modo a considerar intervenções interdisciplinares como alternativa para lidar com a complexidade do objeto em estudo.

2 O TRATAMENTO DOCUMENTAL EM ARQUIVOS MUSICAIS: UMA QUESTÃO MUSICOLÓGICA OU ARQUIVÍSTICA?

É sabido que o homem produz música e se expressa musicalmente desde tempos pré-históricos, mas que somente a partir do século XI, com o Monge beneditino Guido D´Arezzo (900-1050) que, de fato, elabora-se uma notação musical precisa com a invenção do

tetragrama enquanto meio de registrar as alturas sonoras e, portanto, produzir os registros musicais. Sendo assim, com a grafia do som, um novo tipo de documentação surge, de modo que a música passa a ser entendida não somente enquanto som, mas também enquanto registro documental. Castro ressalta que a invenção da escrita e o desenvolvimento da leitura e da literatura musical constitui apenas um dos aspectos relevantes com relação aos modos de produzir, utilizar e intercambiar música, uma vez que ele considera igualmente relevante a conquista da impressão musical, o surgimento de um comércio editorial, a invenção dos meios de gravação e reprodução fonomecânicos e o estabelecimento de uma indústria fonográfica. (CASTRO, apud PACHECO, 2009, p.13).

Tais conquistas produzem, portanto, informação documentada, que na condição de documento, passa a estar sob o julgo da organização documental e recuperação informacional. Sendo assim, temos naturalmente o cruzamento de duas áreas distintas no que diz respeito à concepção da informação musical: a Musicologia enquanto agente de estudo musical, e o campo amplificado das Ciências da Informação enquanto área de estudo voltada à organização, disponibilização e recuperação da informação. Sobre isso, Kátia Pacheco, em sua dissertação de mestrado, comenta que

a ciência da informação busca tratar a música como informação, e não somente como expressão de arte, passível de ser preservada, armazenada, representada, catalogada, disponibilizada, intercambiada e recuperada de maneira similar ao que já ocorre com as demais informações textuais e grafias registradas. Neste contexto, a obra musical pode ser representada por um conjunto de elementos bibliográficos relativos à descrição física, conteúdo e pontos de acesso, refletindo sua origem, suas especificidades, os elementos musicais implícitos na manifestação musical e a localização do item, de modo a facilitar a sua recuperação e disseminação (PACHECO, 2009, p.14).

Para que se trate a informação musical de maneira adequada, deve-se levar em consideração a diversidade composicional própria dos documentos musicais, uma vez que essa documentação manifesta-se em diferentes tipologias e em diversos suportes, variando desde materiais bibliográficos, partituras musicais, documentos iconográficos, documentos de áudio em diversas mídias, bem como os audiovisuais, até instrumentos musicais, que constituem as diversas coleções documentais.

Lembremos, como salienta Lévi-Strauss, que a escrita corresponderia a apenas 0,35% da experiência humana, sendo imprudente relegar o visual, o oral e o material a um plano secundário. Esta abertura para a diversidade documental, porém, traz consigo a exigência da multidisciplinaridade, pois, para se articular essas fontes variadas, é necessário que cada uma delas seja estudada levando em conta suas particularidades teóricas e metodológicas (CERQUEIRA, *et al.*, 2008, p.116).

Nesse contexto, percebe-se que a documentação musical é naturalmente diversa e desenvolve-se a partir de características particulares relativas ao universo musical, ou seja, se expressa através de uma linguagem própria, em meios específicos.

O documento musical, salvo os documentos bibliográficos convencionais, não se expressam unicamente através das palavras, mas sim por um combinado de figuras rítmicas e alturas pré-determinadas que se exprimem através da música grafada ou gravada. Lidar com a informação musical depende, muitas vezes, do conhecimento da linguagem musical. O mesmo vale com relação ao tratamento documental que exige conhecimentos teóricos e técnicos relativos ao processo de sistematização, tratamento e resguardo da documentação.

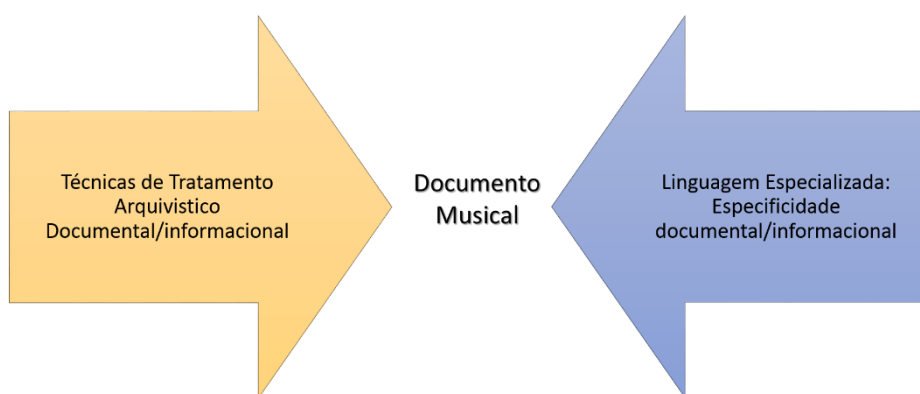


Figura 1: Diálogos entre Arquivologia e Musicologia: Documento Musical
Fonte: Elaborada pela autora.

Nesse contexto, percebe-se que o tratamento da informação musical em nosso país acaba por estar relegado à incompletude, uma vez que, como ressalta Faria (2009) os bibliotecários e arquivistas geralmente desconhecem as especificidades da linguagem musical enquanto que os músicos desconhecem as técnicas e padrões biblioteconômicos ou arquivísticos estabelecidos em tratamento documental (FARIA, 2009, p.86). Sobre isso Assunção comenta que

la documentación musical continua a ser mirada por los bibliotecarios y archiveros como un dominio hermético de músicos y musicólogos y las técnicas documentales siguen a ser miradas por los musicólogos como complicaciones inútiles de tecnócratas. Unos y otros están equivocados (ASSUNÇÃO, *apud* FARIA, 2009, p.86).

3 INTERDISCIPLINARIDADE COMO NECESSIDADE: O PROCESSO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO NOS ACERVOS MUSICAIS

Visto que os acervos de música se caracterizam, sobretudo, pelo significativo volume e diversidade documental, torna-se importante estabelecer políticas de descrição da informação que possam auxiliar no processo de identificação dos seus itens constituintes, otimizando a acessibilidade. Esse é um dos momentos em que a necessidade de interdisciplinaridade torna-se explícita.

O processo de descrição da informação consiste em um trabalho complexo, destinado ao consulente, isto é, àquele que realiza pesquisas junto ao arquivo, buscando por informações específicas. O processo de descrição da informação pode ser definido como

a elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo, o contexto e o sistema de arquivo que o produziu (CONSELHO INTERNACIONAL..., 2000, p.4).

Para o musicólogo André Guerra Cotta, a descrição da informação pode ser definida como um processo de registro dos diversos elementos informacionais, permitindo o controle eficiente dos documentos que constituem o acervo, ao mesmo tempo garantindo sua acessibilidade e intercâmbio de informação. Além disso, segundo esse autor, permite ao pesquisador ter um conhecimento prévio das fontes, de modo que possa localizar com precisão o documento necessário antes mesmo de visitar pessoalmente o arquivo (COTTA, 2004, p.112).

A descrição explícita os valores secundários dos documentos e permite a difusão do conteúdo documental através da elaboração dos chamados instrumentos de busca. Consequentemente, aprimora a acessibilidade documental e promove o contato entre o pesquisador e o documento. O arquivista Michel Duchein apresenta em sua obra intitulada *O Respeito aos Fundos em Arquivística: Princípios teóricos e Problemas Práticos*, os instrumentos de pesquisa como meios de remediar as dificuldades de acesso à documentação em um dado acervo. Para ele a recuperação da informação pode ser otimizada através da elaboração de instrumentos de busca que permitam ao pesquisador conhecer a documentação presente em uma instituição. Os instrumentos de busca mais comumente utilizados são os índices, os catálogos, os inventários e os guias (ver Quadro 1).

Guia	Trata-se de um instrumento de descrição documental (impresso ou eletrônico) que fornece uma visão mais ampla e geral acerca da documentação de um dado arquivo, servindo de orientação para os usuários.
Inventário	É um instrumento de descrição documental mais especializado, quando comparado ao Guia, voltado para o controle físico e intelectual do arquivo, onde se relaciona e descreve brevemente seus itens.
Catálogo	É um instrumento especializado onde se descreve o fundo arquivístico em sua totalidade, relacionando de forma metódica e localizando os itens de uma coleção. Constitui em uma lista minuciosa dos itens que compõe um acervo (peça a peça), elaborada de acordo com normas apropriadas, e ordenada de modo a facilitar a busca.
Índice	Trata-se de um documento secundário que apresenta uma lista ordenada de termos selecionados em um documento, de modo a apresentar uma indicação referencial que permita sua localização no documento em questão.

Quadro 1 – Principais Instrumentos de Busca. Baseado nas definições apresentadas pelo Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, de Murilo Bastos da Cunha e Cordélia de Oliveria Cavalcanti.
Fonte: Elaborado pela autora tomando como base as definições de Cunha e Cordélia, 2008.

Para que esses instrumentos sejam realizados, e para que se possa descrever de forma abrangente as informações documentais que permitam o acesso aos itens de um determinado acervo, torna-se viável seguir diretrizes específicas que possam orientar todo o processo o tornando legível e compreensível por parte daqueles que estão/estarão de alguma forma envolvidos com o acervo, seja tratando-o ou pesquisando nele. Muitas são as intervenções que são realizadas nos diversos acervos musicais, nas mais diversas localidades do país sendo, em muitos casos, realizadas por profissionais que desconhecem os procedimentos arquivísticos, fazendo com que essas iniciativas ocorram de maneira isolada, isso é, sem uma orientação técnica homogênea que garanta a uniformização do tratamento dos materiais.

Sendo assim, considera-se importante a atuação de profissionais da área que saibam lidar com os procedimentos de organização, sistematização e resguardo do patrimônio documental. Considera-se igualmente importante a disseminação de material bibliográfico que possa orientar o trabalho daqueles que lidam com as documentações musicais, já que no caso dos acervos de música, é comum que membros das bandas, familiares de músicos ou pessoas que não tenham nenhuma noção dos procedimentos técnicos fiquem a cargo de resguardarem o patrimônio, e por desconhecimento acabam por atuar de maneira pouco esclarecida, podendo, muitas vezes, promover danos para a integridade do material resguardado.

Destarte, seria imprescindível, por exemplo, a disseminação das normas de descrição arquivística, como a ISAD (G) *International Standard for Archival Description* (General), criada em 1994 com o intuito de estabelecer diretrizes gerais para as descrições arquivísticas, podendo ser usada em conjunto com normas específicas consonante às especificidades dos arquivos, já que essas diretrizes não orientam o processo de descrição especializada. Ela indica 26 elementos para a descrição de uma entidade arquivística, mas estabelece enquanto elementos mínimos de descrição o Código de referência; Título; Nome do organismo produtor; Datas; Dimensão da unidade de descrição e Níveis de descrição. No entanto, dependendo de suas necessidades, uma determinada descrição arquivística pode incorporar mais elementos de informação do que os essenciais.

No entanto, a ISAD(G) foi criada com a pretensão de ser internacional, sendo sua aplicação viável a todos os tipos de materiais arquivísticos e tendo, portanto, alto grau de generalidade, uma vez que se define apenas a macroestrutura da descrição, deixando a definição quanto a procedimentos específicos para normas complementares nacionais ou institucionais. Pensando nisso, em 2001, foi criada a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA), pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), para propor normas que, em conformidade com a ISAD(G), pudessem ser elaboradas e adotadas como normas brasileiras. Sendo assim, em 2006, foi apresentado a Norma Brasileira de Descrição Arquivística-NOBRADE, que consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, estabelecendo diretrizes para a descrição de documentos arquivísticos no Brasil, compatíveis com as normas internacionais em vigor, e facilitando o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional.

Contudo, há também diretrizes internacionais especificamente elaboradas para o tratamento de fontes documentais musicais, como é o caso da RISM- *Répertoire International des Sources Musicales*, que é uma organização internacional que opera em prol da documentação de fontes documentais musicais escritas, estabelecendo uma série de normas que permitem referenciar exaustivamente as fontes documentais em diversos campos, procurando estabelecer uma padronização no tratamento das fontes documentais de música em diversos países. Sendo assim, percebe-se que há uma certa interseção inevitável entre as duas áreas de origem para a elaboração de diretrizes para atuação junto aos acervos musicais. A RISM possui 94 campos para descrição, no entanto Kurt DORFMÜLLER (RISM, apud COTTA, 2000, p.157) estabelece oito campos mínimos obrigatórios. (ver Quadro. 2).

Nome do autor normalizado	Constitui-se um campo de grande importância já que nele se insere o nome do autor de modo que possa ser reconhecido internacionalmente. Corresponde ao campo RISM50.
Título uniforme e forma musical	Título Uniforme (campo RISM100) tem a função de apresentar uma composição que tem sido nomeada de diferentes maneiras sob um único título A Forma musical (campo RISM140) deve ser expressa como consta no manuscrito. A RISM apresenta um quadro com os nomes das formas normalizados.
Título próprio	Corresponde ao campo RISM320, e apresenta o título próprio que tenha sido atribuído à obra.
Manuscrito (autógrafo, se for o caso) ou impresso	Determina se o documento é de tipo manuscrito ou impresso. Caso venha a ser um autógrafo, apresenta-se no campo RISM520.
Designação do tipo de documento e extensão do material	Deve-se determinar o tipo de documento (partitura, redução, livro de coro...), bem como apresentar suas medidas através do campo RISM750.
Incipit(s) Musical(ais)	São objetos de especial atenção pela RISM, e corresponde ao campo RISM 826. Apresenta uma série de diretrizes para a elaboração dos incipits musicais.
Nome da biblioteca ou arquivo, cidade e país	Deve-se apresentar a sigla do país, cidade e da biblioteca ou arquivo onde o documento se encontra segundo as normas RISM, através do campo RISM982.
Assinatura	Apresenta a assinatura.

Quadro 2 – Campos mínimos do RISM para descrição da informação musical. Quadro feito com base em “O tratamento da informação em Acervos de Manuscritos Musicais Brasileiros”.

Fonte: COTTA, 2000, p. 157-197

Há casos ainda em que é inevitável se ter conhecimento acerca da linguagem musical para realizar com eficiência o processo de descrição da informação para a formulação dos instrumentos de busca. A título de exemplo, pode-se citar a elaboração do incipt, uma vez que ele é um campo obrigatório no momento da descrição da informação do documento musical (nesse caso, entenda-se partitura musical).

Incipit, do latim “princípio das obras”, era a terminologia designada para tratar uma palavra ou frase que iniciasse um manuscrito medieval substituindo, muitas vezes, a função que hoje atribuímos aos títulos nos documentos (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.193). Durante o processo de tratamento da informação, pode-se editar dois tipos de *incipits*: o literário e o musical. O *incipit* literário trata-se da descrição das palavras iniciais dos textos, enquanto que o *incipit* musical consiste em um trecho representativo de uma música, quase sempre os compassos iniciais que possam ajudar a identificar a obra, facilitando assim o processo de recuperação da informação nos acervos musicais (GOMES, 2014, p.42).

Trabalhar com o material em nível informacional leva à necessidade de compreensão, mesmo que de forma básica, do que ali está expresso. Esse material especializado, devido a sua natureza complexa, demanda ações de intervenção igualmente elaboradas e conscientes de suas especificidades.

The image shows a musical score for the song "Atirei o pau no gato". It consists of five systems of music, each with a vocal line on a treble clef staff and a piano accompaniment on a bass clef staff. The lyrics are written below the vocal line. The time signature is 2/4. The lyrics are: A - TI - REI O PAU NO GA - TO - TO MAS O GA - TO - TO NÃO COR - REU - REU - REU DO - NA CHI - CA - CA A - DI - MI - ROU - SE - SE DO BER - RO DO BER - RO Q_O GA - TO DEU

Figura 2: Partitura da canção de domínio público "Atirei o pau no gato"²

Por exemplo, para se descrever a partitura da canção “Atirei o pau no gato” (ver fig. 2), seria necessário extrair as informações que a partitura detém, mesmo sendo uma canção amplamente difundida e conhecida por grande parte da população brasileira. Seria necessário, além de indicar o título (Atirei o pau no gato), a autoria (Sem indicação de autoria/ domínio público), o texto (incipt literário), a instrumentação (piano), o andamento (que nesse caso não está indicado), a tonalidade (Dó maior- C), a fórmula de compasso (binário- 2/4), e o número de compassos (15), apenas para descrever as informações básicas.

4 EMPREENDIMENTOS E ESFORÇOS INTERDISCIPLINARES

A interdisciplinaridade torna-se uma necessidade para que se empreenda esforços conscientes acerca das necessidades dos arquivos musicais. No caso brasileiro, observa-se algumas iniciativas de profissionais que atuam de maneira transversal, procurando conciliar conceitos de uma e outra área em prol de atuar nos acervos musicais, visando sua sistematização, organização, descrição e acesso à documentação musical. É o caso do musicólogo André

²Disponível em: <<http://www.superpartituras.com.br/-desconhecido-/atirei-o-pau-no-gato-v-2>> Acesso em 07 de nov. de 2016

Guerra Cotta, que tem contribuído para o estabelecimento de princípios norteadores do trabalho em arquivos musicais, produzindo um significativo material bibliográfico³ que tem fundamentado muito do que hoje se desenvolve nesse contexto no Brasil. Também destaca-se o importante/trabalho desenvolvido pelo musicólogo Paulo Castagna com relação ao tratamento do patrimônio documental musical brasileiro, e seus esforços em prol do incentivo à pesquisa arquivística. De igual relevância estão os trabalhos da musicóloga e especialista em museologia Mary Ângela Biason, que tem se dedicado à organização e sistematização de diversos acervos musicais; o pesquisador Fernando Lacerda, que tem desenvolvido um projeto de visita e mapeamento de acervos musicais brasileiros; o musicólogo Pablo Sotuyo Blanco que tem trabalhado, sobretudo na Bahia, em prol do tratamento de acervos documentais musicais; e a bibliotecária e doutora em Ciências da Informação, Kátia Pacheco, que tem tratado a questão da representação temática e descritiva de obras musicais, para citar apenas alguns nomes.

Outra importante iniciativa foi a criação do CEAMM- Centro de Estudos dos Acervos Musicais Mineiros⁴, em 2016, sediado na Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte), e que reúne pesquisadores da UFMG, UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais), UNESP (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”) e Museu da Música de Mariana, visando apoiar o tratamento arquivístico de acervos musicais no Estado de Minas Gerais, através da realização de pesquisas musicológicas relacionadas ao patrimônio arquivístico-musical mineiro, o incentivo ao recolhimento e à salvaguarda de acervos musicais históricos, a produção de material bibliográfico de caráter didático para apoio ao tratamento de acervos musicais e a capacitação de pessoal para o tratamento de acervos musicais. O CEAMM conta com a experiência arquivística e musicológica advinda dos trabalhos realizados junto ao Acervo Curt Lange da UFMG, no Labor Carmine (Laboratório de Conservação, Arquivologia e Edição Musical) da UNESP e no Museu da Música de Mariana, para desenvolver técnicas e ações adaptadas aos acervos musicais mineiros.

³ A título de exemplo acerca da transversalidade da questão, cita-se a dissertação de mestrado “O Tratamento da Informação em acervos de manuscritos musicais brasileiros”, defendida por Guerra Cotta em 2000, junto à Escola de Ciências da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da professora Vilma Moreira dos Santos.

⁴Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5585943358838943>>. Acesso em 07 de nov. de 2016
Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v.7, n.1, mar.2017.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido à complexidade do objeto a ser tratado (o documento musical) é inviável pensar a questão da documentação musical de forma excludente, isso é, priorizando uma das duas áreas: musicologia ou arquivologia. Considera-se que somente entendendo a integralidade das questões próprias da realidade dos acervos musicais é que pode-se pensar em um trabalho sistemático e efetivo. Destarte, acredita-se que os problemas relativos ao tratamento documental e informacional realizado nos arquivos musicais deva partir dessa noção de integralização entre as ações musicológicas e arquivísticas, de modo a não hierarquizar ou superpor conhecimentos ou áreas, mas promover uma relação dialógica entre profissionais da informação e músicos

Entende-se que, na maioria dos casos, os acervos musicais sejam instituições particulares, sem auxílio governamental, e que, portanto, tenham dificuldades financeiras para a contratação de profissional especializado que possa compor uma equipe multidisciplinar que atue no processo de higienização, sistematização, organização e acondicionamento do material. No entanto, acredita-se que seja necessário divulgar material bibliográfico e promover a capacitação de pessoal como forma de incentivar intervenções esclarecidas acerca dos procedimentos de tratamento da informação arquivística.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, Fábio Vergara *et al.* O Centro de Documentação Musical da UFPel no horizonte da multidisciplinaridade: articulações entre musicologia histórica, gestão patrimonial e memória institucional. **História**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 111-143, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-0742008000200007&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em: 16 set. 2016

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): **Norma geral internacional de descrição arquivística**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. 119 p. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad_g_2001.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2016.

COTTA, André Guerra. **O tratamento da informação em acervos de manuscritos musicais brasileiros**. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000. 291 f. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-A4RFM9>>. Acesso em: 16 set. 2016.

COTTA, André Guerra. Descrição e a recuperação de fontes para a pesquisa musicológica no Brasil. In: COLÓQUIO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA E EDIÇÃO MUSICAL, 1., 2003, Mariana. **Anais...** Mariana: Fundação Cultural e Educacional da Arquidiocese de Mariana-FUNARQ, 2004. p. 105 – 120.

COTTA, André Guerra. Fundamentos para uma arquivologia musical. In: COTTA, André Guerra; BLANCO, Pablo Sattuyo. **Arquivologia e patrimônio musical**. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 15-38. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/bvc3g>>. Acesso em: 03 out. 2016.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451p.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**. v. 10-14, n. 2, p. 01-16, 1986. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/11453>>. Acesso em: 03 out. 2016.

FARIA, Maurício Marques de. O tratamento documental dos arquivos musicais e a busca de práticas comuns no tratamento da música brasileira para orquestra. **Opus**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 85-90, jun. 2009.

GOMES, Amanda. **O tratamento e a recuperação da informação no Acervo Curt Lange-UFMG: o caso da subsérie 9.2**. 2014. 69f. Trabalho de Conclusão de curso (como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Música da Escola de Música da UFMG). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PACHECO, Kátia Lúcia. **Manifestações de obras musicais: o uso do título uniforme**. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/491/1/Manifesta%C3%A7%C3%B5es%20de%20obras%20musicais.pdf>> Acesso em: 13 set. 2016.